

# DEBATE

junho 79

# 33



O documento que publicamos neste número, aprovado numa instância regional de nossa organização, aprofunda, no espírito do comunicado conjunto da União Comunista e de Movimento Revolucionário 8 de Outubro, publicado em Debate nº31 de novembro de 1978, nossa avaliação da proximidade política e programática entre as duas organizações. São igualmente analisadas as divergências existentes entre nós e o MR-8 e apontadas sugestões no sentido de superá-las. Quaisquer que venham a ser as dificuldades para atingir estes objetivos -já que para ambas as partes não se trata de "aplainar" problemas mas de desenvolver em todos os níveis uma política unitária com vistas à reunificação- uma coisa é certa: de um lado como de outro existe uma firme vontade de romper com o espírito de círculo, de pôr fim à atomização das forças de vanguarda de nosso movimento social, de abrir a via ao reencontro, em nosso país, da teoria marxista e das lutas de massa. Cada conjuntura comporta suas próprias ilusões: na hora em que muitos vislumbram no chefe carismático e nas velhas marcas registradas o atalho mágico para a revolução social (supondo-se, apenas por hipótese, que se trate realmente de revolução), na hora em que o culto da espontaneidade das massas embriaga os que se cansaram do trabalho revolucionário real, que consiste em estar adiante e não a reboque do movimento de massas, e sobretudo na hora em que a força do movimento operário e democrático faz recuar a ditadura, a luta por um comunismo de nossa época, enraizado em nossas realidades e portador da concepção internacional da passagem a uma nova sociedade, liberada da exploração do Capital e da opressão de classe, constitui, para os que mantêm os olhos abertos, a mais exaltante das tarefas.

Concluimos em Debate 33 o relato do companheiro P. da Silva sobre o Caso Anselmo. A parte publicada em Debate 32 teve bastante repercussão. Houve quem por nosso intermédio dirigiu-se ao autor, a respeito de passagem precisa do relato. Houve quem apontou pretensos erros fatuais, por exemplo de que por "grupo primavera" designava-se não o da VPR desbaratado e assassinado no Nordeste por obra e graça da traição de Anselmo, mas um grupo dissidente da ALN, o MOLIPO, também duramente golpeado pela repressão ditatorial. A verdade é que a própria origem da expressão "primavera" é discutida e envolve até hoje questões que não podem ser evocadas publicamente. No geral, foram extremamente positivos os comentários suscitados pelo trabalho de nosso companheiro. O tema não nos parece esgotado e nossas páginas continuam abertas a novas contribuições.

Apresentamos também neste número o essencial das apreciações sobre a situação política nacional contidas num recente pronunciamento de Ricardo Zaratini que conhece uma vez mais, em sua corajosa carreira militante, as pressões da ditadura. Sua vasta experiência nas mais diversas frentes do combate político das massas trabalhadoras, sua inabalável firmeza na defesa da justa causa dos explorados e oprimidos conferem a seu depoimento uma particular importância.

Publicamos igualmente a conclusão do artigo do companheiro Faustino Santos sobre o movimento popular e os partidos. Embora concordando com algumas das premissas e com várias das análises de Faustino, divergimos inteiramente de sua proposta política que redundaria em diluir a tarefa da construção do partido de vanguarda em prol de um partido nacional e popular sem definição ideológica que mais parece uma frente dos sem-partido.

# O MR8 E A REUNIFICAÇÃO

Unir os comunistas sempre foi o nosso objetivo central. Foi quando assumimos essa orientação que transformamos o "Coletivo Debate" numa organização revolucionária inspirada nos métodos leninistas de funcionamento partidário. Dedicamo-nos a construir no Brasil nosso instrumento de intervenção política depois de adotarmos uma plataforma, estatutos e alguns elementos de uma política de organização. Nesse momento, as organizações revolucionárias oriundas do esfacelamento do movimento comunista brasileiro ainda estavam numa fase de resistência à necessidade de uma profunda autocrítica, que nós, comunistas de Debate, havíamos realizado durante a elaboração da Plataforma. Predominavam os círculos de independentes dedicados a um trabalho de massas, na maior parte das vezes espontaneista.

A luta pela reunificação dos comunistas não podia apresentar nessas circunstâncias, perspectivas orgânicas a curto prazo. Tratava-se portanto de aglutinar os militantes que já estivessem convencidos da oportunidade da luta pela renovação do movimento comunista. Isto é, que concordassem com a Plataforma pela União dos Comunistas e desenvolvessem de forma organizada, tanto a inadiável luta ideológica, quanto sua ligação à luta das massas.

Passados cinco anos esse panorama encontra-se profundamente modificado. O ascenso do movimento de massas levou um grande número de independentes a aderirem às diversas organizações revolucionárias. Algumas destas passaram por um difícil processo autocrítico e conseguiram redefinir seus programas, táticas e métodos de organização. A unificação dos comunistas passou a ser também um objetivo fundamental de pelo menos uma delas, o Movimento Revolucionário Oito de Outubro. Paralelamente, e à medida que crescíamos, fomos levados a precisar melhor uma concepção materialista dos caminhos da reunificação. Já em abril de 1975, após intenso processo de discussões, precisamos que a principal condição da união era a renovação do movimento comunista. Mais recentemente, um organismo regional aprovou um outro documento sobre a questão, desta vez mais dirigido aos círculos de independentes que insistem em não aderir às organizações existentes. E logo em seguida tornamos público o Comunicado do Conjunto MR-8/UC. (1)

As reações a esse comunicado foram muito significativas. Entusiasmou um grande número de companheiros convencidos da necessidade urgente de um forte movimento comunista e desestimulados pelas divergências que separam as forças capazes de revigorá-lo. Exasperou os que vivem para promover seus pequenos círculos ou os que se auto-promovem graças à desunião. Tanto uns como outros estarão, no entanto, interessados em avaliar o grau de proximidade existente entre as duas organizações. Procuraremos dar uma resposta a essa justa interrogação analisando três questões que julgamos fundamentais: A) Como as duas organizações enxergam os caminhos da unificação dos comunistas; B) como con-

(1) Cf. DEBATE n.ºs 18, 30 e 31.

cebem a luta pela democracia; e C) que visões parecem ter do movimento comunista internacional.

Não parece necessário justificar a escolha dos dois primeiros itens. Mas o critério de escolha do terceiro é bem menos evidente. Sempre consideramos que as questões que dizem respeito a outros países não devem ser fator de divisão entre os comunistas brasileiros. No entanto, fica cada vez mais claro que a renovação do nosso movimento comunista é frejada sobretudo pelas atitudes de dependência adotadas em relação a Moscou, Pequim, Havana ou Tirana. A análise da crise do movimento comunista internacional não pode portanto ser negligenciada.

#### A) Os caminhos da reunificação dos comunistas

O MR-8 considera que a mais séria debilidade das forças revolucionárias, hoje é a inexistência de "um Partido que, dominando o marxismo-leninismo, tenha formulado uma linha política justa e organizado, em suas fileiras, os trabalhadores de vanguarda". (2) Afirma inclusive que o eixo central que deve nortear a atividade de todos os verdadeiros comunistas consiste justamente na luta pela construção do partido para a qual três tarefas básicas devem ser enfrentadas simultaneamente: a elaboração de um programa e de uma estratégia da revolução socialista brasileira; a formação de bases partidárias no seio da classe operária e do povo; a unificação dos verdadeiros comunistas atualmente dispersos.

A primeira dessas tarefas aparece, para o MR-8, como um grande desafio. Definir um Programa Socialista da Revolução Brasileira (PSRB) que interprete com justeza as questões de fundo de nossa realidade e forneça a resposta socialista e revolucionária. O programa aprovado em seu Congresso é considerado "apenas um passo" e todos os comunistas são convidados ao confronto unitário e organizado de suas posições. Duas deficiências assinaladas no Congresso são desde logo apontadas: a questão da formação do capitalismo no Brasil e a questão internacional (3)

Quanto à formação de bases partidárias considera justa a linha que vem sendo seguida, qual seja, a de organizar especialmente os elementos mais ativos e conscientes, formá-los dentro do marxismo-leninismo, educá-los na luta pela revolução socialista e apoiá-los em todos os seus esforços para organizarem e dirigirem as lutas de massas.

Por fim considera que já existem melhores condições para que se possa dar passos concretos e significativos ao nível da unificação dos comunistas. "Mais do que nunca devemos empunhar esta bandeira, combater o espírito de seita e o particularismo e defender a necessidade da dissolução de todos os atuais agrupamentos e organizações comunistas em um instrumento superior". (4)

---

(2) Cf. Iº Congresso do MR-8, Resoluções Políticas, Brasil Socialista nº 9, pag. 86

(3) *idem*, pag. 93

(4) *idem*, pag. 94

Os companheiros do MR-8 não ficam só a nível dessas considerações gerais. Fazem uma autocritica da "tendência proletária". Consideram ter superestimado o grau de proximidade e de avanço político das diversas organizações que participaram dessa experiência. "Obstinadas resistências de caráter doutrinário, liquidacionista, militarista (...) impedem-nas de transformar-se conjuntamente a curto prazo numa verdadeira corrente proletária dentro da esquerda." (5) Em fevereiro de 1978, em uma carta aberta, constata o fracasso do processo de aproximação com a APML, devido principalmente a um certo culto ao espontaneísmo por parte desta última. Desvio duramente criticado tanto no que se refere à elaboração programática, à frouxidão na construção de bases partidárias, à tergiversação sobre a unificação dos comunistas, ao oportunismo em relação aos grupos independentes e à contestação do princípio do centralismo democrático. A evolução posterior da APML parece confirmar a justeza dessas críticas, embora, muito recentemente, parece ter havido uma nova guinada na política dessa organização.

A atitude global do MR-8 frente à questão da reunificação dos comunistas é correta e análoga a nossa. A única dúvida que pode ser levantada é quanto à compreensão que parece ter da necessidade da renovação do movimento comunista brasileiro. Pode-se pensar que só considera "verdadeiros comunistas" aqueles que tendo promovido a crítica do "reformismo" e do "populismo revolucionário" na década passada, definem um Programa Socialista para a revolução brasileira Segundo as "resoluções sobre programa e estratégia" saídas do Congresso, o PSRB seria um enunciado genérico e bastante impreciso daquilo que viriam a ser as medidas para a construção da nova sociedade. (6) Ao definirem sua estratégia centram sua reflexão na luta pela derrubada da ditadura militar. Consideram que a sua queda não se associa mecanicamente com a revolução socialista e vislumbram três situações possíveis: a ditadura do proletariado; a manutenção da dominação burguesa e uma crise do sistema de dominação com relativo equilíbrio entre os blocos revolucionário e contra-revolucionário. Mas como a queda da ditadura não estaria na ordem-do-dia dispõem-se a continuar a difusão da idéia de um Governo Revolucionário dos Trabalhadores, como alternativa, embora ainda não constitua uma palavra de ordem de ação. A luta pela democracia (ou pelas liberdades democráticas) só aparece nas resoluções sobre a tática.

A nossa Plataforma não aponta a adoção de um "programa socialista" como denominador comum dos "verdadeiros comunistas". Não foge, no entanto, à definição do caráter da revolução brasileira. Na medida em que ele é determinado pelo caráter da sociedade, que é sem sombra de dúvida capitalista, nossa revolução terá que ser socialista. Mas essa é a determinação mais geral. Corresponde às suas condições objetivas. É a constatação de que não há transformação possível das relações de produção no Brasil sem a abolição da lógica do lucro, sem o fim da dominação burguesa.

Mas o reconhecimento do caráter objetivamente socialista da revolução brasileira, a afirmação da necessidade do socialismo como única solução de fundo para os problemas do nosso povo, não conduz necessariamente a um ponto de vis

---

(5) *idem*, pag. 94

(6) *idem*, pag. 46-49

ta justo sobre o programa revolucionário. "Não poderíamos deduzir o conteúdo concreto do programa a partir do caráter geral da revolução, da mesma maneira que não poderíamos determinar o curso concreto do movimento histórico baseando-nos exclusivamente na análise das relações de produção características de uma época histórica dada". (7) Se se reduz o programa às suas determinações históricas mais gerais, ele deixa de ser um guia para a ação para se tornar uma simples profissão de fé. Pretendemos que o MR-8, em seu Congresso, incorreu nesse erro. E julgamos que ao indicarem que a questão da formação do capitalismo no Brasil constitui uma das duas grandes insuficiências das "Resoluções", os companheiros confirmaram essa nossa crítica. Pois a questão de saber como se verificou a transformação burguesa da sociedade brasileira tem repercussões determinantes no curso que tomará o movimento social em nosso país. Em que perspectiva histórica concreta se inscreve a luta pelo socialismo no Brasil? Que condições devem ser realizadas para que o socialismo, historicamente necessário, se torne praticamente possível? É evidente que o grau de desenvolvimento atingido pelo capitalismo no Brasil já criou a necessidade objetiva do socialismo. Mas o Socialismo não se torna possível só porque estão dadas as suas premissas materiais. A contradição existente entre as condições objetivas e as condições subjetivas para o Socialismo tem consequência dramáticas nos países, como o Brasil, em que a transformação burguesa da sociedade e do Estado não tiveram um caráter revolucionário. Isto é, onde o desenvolvimento capitalista foi marcado pela via de compromisso entre a burguesia e a oligarquia, e não por uma aliança com as forças populares. O caráter não-democrático da transformação burguesa da sociedade brasileira se manifesta claramente nos obstáculos e nas dificuldades em se constituírem organizações operárias e camponesas independentes, mesmo que no plano meramente sindical. Manifesta-se na falta de liberdades públicas e de instituições democráticas em geral, muito antes do golpe de 1964. Mesmo o regime constitucional em vigor de 1946 a 1964 estava longe de assegurar ao povo os direitos e liberdades conquistados nos países onde a revolução burguesa foi democrática, isto é, foi feita pelas massas populares. A ditadura militar veio justamente bloquear a luta democrática e anti-imperialista que se desenvolvia ameaçando transformar-se numa ruptura revolucionária com a ordem burguesa. Essa luta assumia um conteúdo cada vez mais popular pondo em risco a pretensão da burguesia em exercer sua hegemonia sobre a sociedade e o Estado. A sua dominação teve que se fazer abertamente através da coerção, através da violência terrorista.

"Percebe-se então todo o alcance histórico da luta pela democracia no Brasil: é o que falta ao nosso país para que o socialismo se torne possível, para que as grandes massas estejam aptas a ocuparem-se dos assuntos do Estado, para que a classe operária, aliada ao campesinato e ao conjunto dos trabalhadores da cidade e do campo, assuma o papel de classe dirigente e conduza todo o povo a trilhar a via do socialismo e do comunismo". (8)

Por isso consideramos que o programa que abrirá o caminho para o socialismo em nosso país será um programa democrático revolucionário. Isto é, que materializando a realização da democracia torne possível o socialismo. O que não quer dizer que a democracia revolucionária constitua fatalmente um período histórico distinto e anterior à democracia socialista.

(7) Cf. "Pela União dos Comunistas Brasileiros", Ed. Prelo, Lisboa, 1975, p.33

(8) Idem, pag. 48

Significa sim que para ser um guia para a ação o programa da revolução brasileira não pode se resumir à lista de medidas que teoricamente construiriam a sociedade socialista. Ele tem sim que conter as principais medidas que materializam a condição para o socialismo, qual seja, a democracia. Saber se a realização dessa condição exigirá um período histórico de transição, com um regime político (governo popular) ainda no capitalismo, ou sob dominação burguesa, ou ainda uma "etapa" como dizem os companheiros de formação maoísta, é uma questão que não pode ser resolvida hoje, a não ser na base do palpite. O fundamental é entender, já que a luta pela democracia tem um imenso alcance histórico, que ela é condição para que o socialismo seja possível e que temos que tirar as consequências programáticas dessa convicção.

Dois anos após o seu Congresso, o centro da política do MR-8 é pela formação de uma Frente Popular. Avança a idéia de um Governo Popular como uma palavra de ordem. Essa "evolução" pode ser interpretada de várias maneiras. Mas de qualquer forma parece-nos forçoso constatar que os companheiros ao procurarem calibrar suas orientações com o desenvolvimento da luta política no Brasil, aprofundam cada vez mais o abismo existente entre aquilo que chamam a sua "tática na atual conjuntura" e a sua proposta de "Programa Socialista da Revolução Brasileira". Este se torna cada vez mais uma mera profissão de fé e cada vez menos um guia para a ação. Acreditamos que a base desse "dilema" é que os companheiros não tiram todas as consequências da compreensão a que chegaram de que a Democracia é uma condição do Socialismo.

#### B) A concepção da democracia como condição histórica do socialismo

O Comunicado Conjunto MR-8/UC. afirma que as duas organizações constataram um "profundo acordo no referente à concepção da democracia como condição histórica do socialismo" (9) Esta afirmação parece oposta às críticas publicadas em números anteriores de DEBATE, onde dois artigos (10) vão em sentido contrário. Afirmando, a partir da análise das resoluções políticas do Iº Congresso, que o MR-8 não compreende a necessidade da realização efetiva da democracia como condição para o socialismo no Brasil. Mas nenhum dos dois examina um outro documento, aprovado pela direção do MR-8, intitulado: "Socialismo e Liberdades Democráticas". (11) Trata-se de um longo artigo de crítica ao doutrinário e ao economicismo e que demonstra uma proximidade muito maior com as posições que defendemos não só em nossa Plataforma, como em vários artigos publicados em DEBATE. (12) Se nos detivermos apenas nas Resoluções Políticas do Congresso, essa proximidade não aparece. Ao reduzirem a questão das liberdades democráticas exclusivamente às suas idéias sobre a tática, os companheiros deram razão às críticas publicadas e acima referidas. (10)

O documento "Socialismo e Liberdades Democráticas" começa por assumir que a democracia proletária é o desdobramento dialético da democracia burguesa. "... a ditadura proletária não é o início do processo de democratização da sociedade

(9) Cf. DEBATE nº 31, pag. 9

(10) BRANDAO, M. e LIMA, T. "A Esquerda e a Democracia", nº 29, pag. 13-18  
CASTRO, M., GUIMARAES, T. e PEREIRA, F. "MR-8: equívocos de um Congresso", nº 28, pag. 19-26

(11) publicado em Brasil Socialista nº 8, pag. 64-113

(12) Cf. por ex. : ANDRADE, F. "A Democracia Revolucionária" Debate nº 24

de, mas ao contrário representa um salto de qualidade nesse processo, e esse salto de qualidade é impossível sem anteriores saltos de quantidade". (13) Ou seja, democracia burguesa e democracia proletária não são duas realidades estanques. Apoiando-se em Lênin, o documento desenvolve uma idéia absolutamente decisiva sobre a questão em pauta: mostra que a conquista da democracia, o levar a luta democrática até o fim, não é uma questão periférica ao socialismo. "Pelo contrário, ela constitui a questão política essencial e decisiva da revolução social". (14)

Critica duramente os doutrinarmistas que não compreendem "o papel da luta pela conquista da democracia na revolução proletária; não compreendem que a luta política do proletariado tem caráter democrático, (...) e que a luta pelo enfraquecimento e destruição do poder burguês não conduz hoje, de imediato, a nenhuma transformação democrática, por menor que seja, que não esteja dentro dos marcos burgueses - mas que essa luta pode ser utilizada para fortalecer e desenvolver a consciência e a organização revolucionária e socialista nas massas". (15)

Não parece existir uma concepção meramente "tática" da democracia nesse documento como acontece com as resoluções do congresso. Ao contrário ela aparece como "estratégica" e como "questão de princípio". "... os comunistas não lutam pela democracia apenas no sentido estratégico, isto é, pelo socialismo..." (16) "Assim, a palavra de ordem geral 'pelas liberdades democráticas' tem que ser levantada pelo proletariado justamente porque não se refere apenas a esta ou àquela fase da luta, mas porque representa uma posição de princípio do proletariado lutar pelo avanço da democracia seja na sociedade burguesa, seja na proletária pois 'o proletariado se não for educado na luta pela democracia proletária é incapaz de realizar uma revolução econômica'." (17)

Se os companheiros tivessem tirado as consequências dos trechos que acabamos de citar, e sobretudo deste último, não teriam esquecido da democracia em suas "Resoluções sobre o Programa e Estratégia" de seu primeiro Congresso. Não queremos dizer com isto que, apesar de nossas discrepâncias com as resoluções do congresso, concordamos totalmente com o texto "Socialismo e Liberdades Democráticas". Há passagens que consideramos bastante equivocadas (por exemplo, quando defende eleições indiretas na ditadura do proletariado). Por outro lado, e isto é fundamental, toda a argumentação desenvolvida contra os doutrinarmistas se apoia justamente e exclusivamente na doutrina (neste caso a de Lênin), sem sequer fazer referência a história das lutas sociais em nosso país, às condições em que se efetivou a transformação burguesa de nossa sociedade. Afirmar, como faz o documento, que o proletariado deve sim lutar pela democracia é afirmar uma verdade absolutamente generalizável para todos os países do mundo, inclusive lá onde a revolução burguesa foi feita pelas massas populares; e inclusive nos países onde já existe um poder proletário. Dizer, em suma, que para conquistar o socialismo é preciso lutar pela democracia é importantíssimo; estamos aqui em "profundo acordo", mas é ao mesmo tempo muito pou

(13) op. cit. pag. 72

(14) idem, pag. 75

(15) idem, pag. 103

(16) ibidem, pag. 84

(17) ibidem, pag. 76

co. Há que se fazer a análise concreta de nossa situação concreta e determinar quais são as suas implicações no plano programático. E para isso um pequeno passo foi dado com a modesta contribuição que representa a Plataforma Pela União dos Comunistas.

### C) A visão do Movimento Comunista Internacional

Antes de avançarmos qualquer crítica às idéias lançadas pelo Congresso do MR8 sobre a crise do movimento comunista internacional, é necessário que deixemos claro que não fizemos coletivamente uma análise dessa questão, e que para isso pretendemos empenhar esforços. No entanto, o pouco que dissemos em nossos documentos coletivos é suficiente para apresentar um primeiro confronto.

O que mais choca nas resoluções do congresso é justamente a inexistência de qualquer menção ao problema da democracia, das liberdades, nos países do campo socialista. Aqui também as idéias defendidas em "Socialismo e Liberdades Democráticas" foram esquecidas ou preteridas. Ao tratar da União Soviética o documento do congresso centra fogo contra o "revisionismo" e contra os "burocratas privilegiados que se apropriam crescentemente do trabalho excedente produzido pela classe operária". (18) Em seguida critica a política externa da China e finaliza com a afirmação altamente duvidosa de que essa situação de crise estaria favorecendo "o reflorescimento de tendências profundamente e quivocadas, como é o caso do trotskismo e até mesmo de certas variantes contemporâneas do anarquismo". (19)

Não entraremos aqui numa crítica geral sobre o significado dessa atitude de fazer afirmações de tamanha gravidade sem nenhuma explicação de seus fundamentos analíticos. Muita coisa poderia ser dita sobre a postura que devemos assumir frente a esses problemas, se pretendemos obter o máximo apoio possível de países socialistas para o desenvolvimento de nosso processo revolucionário. Isto não quer dizer que prudência significa ausência de análise crítica e de combate às deformações existentes nesses países. Mas elas exigem uma fundamentação (sobretudo num documento de Congresso!)

As observações que se seguem pretendem tão somente apontar a via pela qual de vemos procurar analisar coletivamente o Movimento Comunista Internacional na busca daquilo que poderia ser chamado "um novo internacionalismo".

Ao invés de condenarmos o PCUS através de jargões ideológicos como o "revisionismo", ou o Estado Soviético através de afirmações altamente discutíveis relativas à "apropriação do trabalho excedente", deveríamos tentar analisar as circunstâncias históricas concretas que levaram esses países a um distanciamento progressivo da democracia socialista, a um fortalecimento progressivo do Estado e à transformação da ditadura do proletariado numa ditadura do Partido. Nessa perspectiva, aquilo que é chamado de "revisionismo", isto é, a evolução ideológica da maioria dos partidos comunistas a partir de meados da década de cinquenta, não pode ser separada de uma apreciação do período imediatamente anterior que muitos resumem na expressão "stalinismo". O movimento

---

(18) op. cit., pag. 16

(19) op. cit., pag. 17

comunista passou, desde a constituição da Terceira Internacional por um número de crises, dilaceramentos, cisões, e tudo isso num contexto histórico caracterizado pela intensificação da luta de classes no plano internacional, pela transformação terrorista do Estado burguês na época do fascismo e das guerras mundiais, pela emergência e desenvolvimento das lutas de libertação nacional, mas também pelas dificuldades intrínsecas à edificação do socialismo em países que não haviam passado nem mesmo pela democracia burguesa. A política seguida pelo PCUS antes da tão atacada "coexistência pacífica" foi a política da institucionalização do terror como método de governo, resolvendo administrativamente e por via da intimidação os conflitos surgidos no seio do próprio Partido, e mesmo dos outros partidos do movimento comunista internacional; transformando em forma vazia o exercício da democracia proletária no referente ao controle amplo e livre que as massas devem exercer em todos os níveis de uma sociedade que se pretende socialista. Nesse sentido, aquilo que os companheiros do MR-8 atacam sob o nome de "revisionismo" teve início justamente com a tentativa (que posteriormente abortou) de romper com esse passado de um "comunismo de imagem burocrática e militar" e buscar uma saída baseada na tal "questão de princípio" da luta proletária: a democracia.

O que foi dito para a União Soviética é válido para muitos outros países do campo socialista, inclusive a China. Ao resumir sua crítica à política exterior desse último país, as resoluções do congresso confirmam a sua despreocupação com o problema da democracia. Por fim manifestam-se preocupados com um hipotético florescimento do trotskismo (onde?) e nem fazem menção aos efeitos que a crise do movimento comunista internacional produziu nos partidos comunistas dos países capitalistas, e sobretudo naqueles onde eles conseguiram se tornar grandes partidos operários. A atitude crítica e criadora na elaboração de sua orientações que manifestam os partidos ditos "euro-comunistas e o PCI, em particular, é um fenômeno novo, muito mais significativo do que os "avanços" dos grupúsculos trotskistas.

A reunificação depende muito mais da nossa capacidade de tirar as lições que se impõem dos graves erros cometidos pelos comunistas brasileiros em meio século de lutas. É inequívoco que um dos fatores mais marcantes e limitativos desse processo foi a atitude de dependência adotados sucessivamente em relação a Moscou, Pequim e Havana.

A renovação do movimento comunista no Brasil terá que vir justamente das correntes que já abandonaram essa atitude de "colonizados". daquelas que estiverem não só compenetradas da necessidade de um pensamento marxista enraizado em nossas realidades mas também tiverem absorvido criativamente as grandes lições das experiências internacionais das lutas operárias.

Achamos que apesar das discrepâncias apontadas neste texto, MR-8 e União Comunista assumirão esse imenso desafio histórico.

# ZARATTINI COM A PALAVRA

*Segundo os comunicados oficiais dos órgãos de segurança, pelo menos três banidos - Aderbal Alves Coqueiro, Carlos Eduardo Fleury e Jeová Assiz Gomez - foram mortos em enfrentamento com esses órgãos. A que você debita o fato de não ter tido a mesma sorte? Porque você voltou?*

É evidente que não tenho condições de responder essa pergunta com exatidão, coisa que somente poderia ser feita pelo DOI-CODI do II Exército, que foi o órgão que me prendeu. Creio que a explicação está na situação política existente em 1978, completamente diversa daquela em que esses companheiros foram mortos. Do lado da burguesia já não existia mais a coesão e o monolitismo da época do milagre: a crise política se acentuou e se transformou inclusive em crise militar, como bem o demonstra o surgimento da candidatura do General Euler Bentes e anteriormente a demissão do General Sílvio Frota. Do lado do proletariado, a intervenção do movimento de massas, com o desencadeamento das greves de maio, dos metalúrgicos do ABC e de São Paulo, foi um fator decisivo para uma mudança de qualidade na situação política. Creio que o exame do "meu caso" se deu nessa nova conjuntura e certamente foi isso que possibilitou que eu não me tornasse um outro "desaparecido" ou tivesse encontrado a morte num "enfrentamento com os órgãos de segurança". A minha volta não foi uma decisão voluntarista ou de afirmação pessoal. Contrariamente ao que afirmavam os ideólogos do capitalismo, em 1974 o que ocorreu não foi uma "crise do petróleo" e sim se abriu uma nova etapa da crise geral do capitalismo. Essa crise é permanente, porque vivemos uma época marcada por revoluções, uma época de transição do capitalismo para o socialismo. O sistema imperialista mundial se debilitou ainda mais pela vitória dos povos da Indochina contra os norte-americanos, com a nova situação criada na parte sul da África após a derrota do colonialismo português em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, etc. Ao contrário do que afirmava o Sr. Simonsen - de que o nosso país era "uma ilha de prosperidade em um mundo conturbado" - justamente nossa economia era uma das mais vulneráveis a essa crise geral, graças a seu elevado grau de internacionalização. Por isso acreditávamos na crescente intervenção do movimento de massas, o que realmente vem ocorrendo desde o plebiscito de novembro de 74.

*Como você vê o atual momento político?*

Como já dissemos, vivemos um momento de crise política, de declínio do regime ditatorial instalado em abril de 64, quando as forças antidemocráticas, comandadas pelo grande capital, se voltaram em bloco contra a classe operária. Os pronunciamentos militares, durante o mês de março daquele ano, principalmente aqueles do General Castello Branco - então Chefe do Estado-Maior do Exército - e do General Pery Bevilacqua tinham na destruição do C.G.T. e do movimento sindical a meta principal da mobilização golpista. Em 1968, a ditadura assume características fascistas, mas precisamente de um neofascismo, de tipo militar, a ela peculiar, com a edição do Ato 5. A sua substituição pelas chamadas "salvaguardas", produto das reformas, é a tentativa de preservar um regime sob o qual os trabalhadores e as forças democráticas já não suportam mais viver. Vivemos pois um momento de transição, mas principalmente

um momento de luta pela plena redemocratização do país. De outro lado, é necessário voltar um pouco atrás e ver que no governo Juscelino foi iniciado um processo de acumulação em que os grandes monopólios imperialistas - as chamadas multinacionais - passaram a cumprir um papel ainda mais destacado. A "Revolução de 64", com a derrubada do governo democrático de João Goulart, não só removeu da cena política a principal força que se antepunha à penetração imperialista - o bloco de força constituído pelo proletariado e seus aliados - como também procedeu a uma série de reformas no aparelho de Estado a fim de que esse se pusesse cada vez mais a serviço dos monopólios. Instaurou-se, do ponto de vista econômico, um capitalismo monopolista de Estado, dependente das multinacionais, com a burguesia monopolista quase toda associada, mas ainda com insuficiente desenvolvimento das forças produtivas. O poder político passou a ser ocupado exclusivamente por esse bloco constituído pela burguesia monopolista das finanças, da indústria e do comércio e pela burguesia que detém o monopólio da propriedade da terra, seja através dos latifundiários tradicionais, seja por intermédio da moderna empresa agro-pecuária. A Emenda que tornou indireta a eleição dos governadores, ratificada posteriormente pelo "Pacote de Abril", bem demonstra o quanto o acesso ao poder está vedado à burguesia média, politicamente representada pelos setores moderados do MDB. Mas no bloco burguês no poder os parceiros não são iguais: o setor privilegiado é o das finanças e dos monopólios do imperialismo norte-americano, da burguesia a ele associada.

*Como você demonstra essa hegemonia do capital financeiro?*

Há inúmeros fatos e dados que comprovam a hegemonia do capital financeiro no regime instalado depois de 64. A partir da dissidência surgida no seio desse bloco burguês no poder - marcada pela demissão do Sr. Severo Gomes do Ministério da Indústria e Comércio - houve manifestações de empresários ligados a essa dissidência, se não me engano, o Sr. Ermínio de Moraes, denunciando que o regime havia tabelado tudo, menos os juros, que a realidade do país era constituída pelos "banqueiros e o resto". Outro dado: o "open market" que é símbolo de um capitalismo rentista, parasitário, é a marca registrada do atual regime econômico brasileiro. Chega-se ao absurdo dos lucros não-operacionais de uma série de grandes empresas industriais (obtidos no open) superarem os lucros obtidos na produção. Por outro lado, não só pela sua expressão econômica, por deterem a maioria dos investimentos em nosso país, os monopólios ligados ao imperialismo norte-americano tiveram sempre a seu favor uma série de tratados e acordos de origem extra-econômica. Nesse sentido, o T.I.A.R. (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos de 1952 (denunciado em 1976 em consequência do Acordo Nuclear firmado com a Alemanha Ocidental), o Acordo de Garantia de Investimentos Privados, firmado em 1965, protegendo os investimentos norte-americanos de eventuais nacionalizações provenientes de "insurreição ou revolução", são um escudo que privilegia os investimentos norte-americanos em relação a seus concorrentes alemães, japoneses, etc.

*Como você explica a situação político-econômica da classe operária?*

Em última instância, a debilidade da classe operária em nosso país é o reflexo da existência de um enorme exército industrial de reserva, de uma elevada taxa de mão de obra desempregada. O poder de barganha da classe se reduz a

níveis mínimos, principalmente quando se trata da sua camada não-especializada, o chamado "peão". Isso se prende, é claro, a todo um processo de desenvolvimento capitalista peculiar à sociedade brasileira que evoluiu do escravagismo do período colonial para o capitalismo monopolista de Estado das atuais, da escravidão propriamente dita para a "escravidão assalariada". Outro dado objetivo é a dependência imperialista, a relação com as metrópoles imperialistas; nessas é possível a existência de uma ponderável aristocracia operária nativa ao lado de uma mão de obra não-especializada imigrante, com a consequência inevitável do aumento do salário real nos períodos de auge do ciclo econômico capitalista. Mas, em países dependentes como o nosso, dado o baixo nível da organização sindical, principalmente a nível de empresa, o poder de barganha da classe se reduz; e o próprio investimento foi feito tendo em vista super-lucros, o que impossibilita, como regra, o aumento dos salários reais, mesmo em época de milagre. Já não se trata mais de uma pauperização relativa, mas sim de uma pauperização absoluta - a "miséria absoluta" de que fala o Sr. Delfim Neto - traduzida no arrocho salarial, que é a pedra angular de toda a "política trabalhista" do regime. Uma política cujas primeiras medidas foram a intervenção em mais de 400 entidades sindicais, a destituição e prisão de dirigentes sindicais e a aprovação, em julho de 64, da "lei anti-greve"; uma política que eliminou a Estabilidade e criou o Fundo de Garantia, proporcionando à classe dos capitalistas o instrumento jurídico que permitiu a utilização do desemprego como fator de arrocho salarial através de uma alta rotatividade da mão de obra, com demissões sumárias "garantidas" pelo FGTS. E nunca é demais lembrar que essa política "trabalhista" foi aplicada com o apoio de uma experiência de mais de 30 anos de toda uma legislação trabalhista - a CLT - cópia cabocla da Carta del Lavoro, de Mussolini.

E, ao contrário da falácia assaz divulgada, que uma parte da classe dos capitalistas - a burguesia ligada à produção e comercialização de bens de consumo - teria interesse numa reforma agrária para fixar o homem ao campo, a realidade é bem outra: o interesse da burguesia em bloco é manter um excedente de mão de obra que dê rédeas curtas aos trabalhadores, que diminua sensivelmente seu poder de barganha. E os produtores de calçados, por exemplo, estão tão interessados fundamentalmente em igualar ou superar a taxa média de lucro vigente. É isso que lhes garante a sobrevivência como capitalista e não o "consumo das massas", coisa que pode ser substituída, como em parte o é, pela política de "exportar é a solução".

*Mas o governo tem apresentado dados mostrando que também houve, na administração Geisel, uma distensão lenta, gradual e segura para os salários ...*

Não sei a que dados você se refere: se aqueles do tipo da Fundação Getúlio Vargas de 1973, que motivaram todo o movimento de reposição salarial, ou aqueles do Sr. Veloso, sempre presentes nas projeções que nunca casam com a realidade dos vários PNDs. A verdade é que ao nível mesmo das fábricas é que a ditadura se torna mais clara: nem mesmo o fator de reajustamento salarial decretado pelo governo foi respeitado, pelo menos até as greves de maio de 78. O fenômeno do "rebaixamento das carteiras" é bastante conhecido entre os trabalhadores: pouco antes dos reajustes salariais há uma onda de demissões e novas readmissões, após a data-base do reajuste, são feitas. E, na grande maioria dos casos, tais readmissões são feitas com um salário-hora menor do que aquele que corresponderia ao fator de reajustamento salarial decreta-

do pelo governo. Muitos trabalhadores somente conseguem um novo emprego com um salário nominal inferior àquele registrado na Carteira antes do reajuste. É o conhecido "rebaixamento das carteiras" que, na prática, é um "reajuste para os patrões".

Se lembrarmos ainda dos memorandos da FIESP, orientando os patrões de como utilizar a repressão, se lembrarmos das "listas negras" e das atividades "plani-ficadas" das associações de gerentes de relações industriais para remane- jar a mão de obra, se lembrarmos o regime ditatorial das fábricas, apoiado em um crescente aumento das equipes de segurança, com a instalação até de cárceres privados, poderemos avaliar o quanto de verdade existe na afirmação de que "houve uma distensão no campo salarial". Além disso, nunca é demais lembrar que foi justamente nessa "administração" Geisel que foi decretada, a pesar do total repúdio do movimento sindical e dos técnicos no assunto, uma nova Lei de Acidentes do Trabalho que em nada favorece aos trabalhadores, uma Lei de Férias que é um retrocesso em relação à anterior, editados um novo decreto anti-greve (nº 1.632), uma portaria proibindo intersindicais, etc.

*Como você explica as greves de 78 em relação ao processo de abertura em curso?*

O fato das greves de 78 não terem sido reprimidas mostra o crepúsculo de um regime ditatorial; não foi em absoluto uma concessão, mas sim uma conquista dos trabalhadores. Foi a unidade e a coesão da classe operária na luta contra o arrocho salarial que determinou a vitória nas greves de maio dos metalúrgicos do ABC e de outras categorias. Nesses 15 anos tentou-se evitar de todos os modos que fosse ouvida a voz dos trabalhadores. Mas a sua combatividade e a repulsa ao regime se fizeram sentir exatamente onde é mais forte o poder da classe dos capitalistas: nas fábricas. As greves de maio testem-nharam de modo inequívoco a possibilidade da organização dos trabalhadores nos seus locais de trabalho através das comissões de empresa. A arrogância patronal teve que se dobrar e aceitar a negociação direta com a classe parada diante das máquinas; o professor Simonsen viu sua fórmula de cálculo do fator de reajustamento salarial ir "prás cucuias" e a correlação de forças que sustentava o regime se desequilibrou com a intervenção do movimento de massas. Os patrões que nunca aceitaram nem mesmo um delegado sindical nas empresas tiveram que negociar com as comissões formadas no bojo da luta.

*Quais as perspectivas que você vê para o futuro?*

Posso dizer que abomino a futurologia. No entanto, creio que devemos aumentar ainda mais a nossa luta pelas liberdades, pela democracia. E, ao nosso ver, essa luta está profundamente ligada à influência que os trabalhadores, em geral, e particularmente a classe operária venham a exercer na sociedade brasileira. Pode-se mesmo afirmar que a democracia em nosso país só será realidade quando os operários e camponeses - que são os que realmente constroem nosso país, que são os maiores responsáveis pela produção, pela riqueza produzida - conquistarem a hegemonia que de fato e de direito lhes cabe nessa sociedade. Evidentemente esse é um objetivo político a longo prazo. De imediato, devemos somar todas as forças suscetíveis de serem unidas para por fim à ditadura. Há que buscar um acordo, ou até mesmo uma aliança, inclusive com setores dissidentes do bloco burguês no poder. Sintomáticas são as de

clarações de patrões como os Srs. Cláudio Bardella e Paulo Francini, favoráveis à legalização de Partidos cuja matriz ideológica seja o marxismo. No fundo, esses senhores reconhecem a sempre crescente importância da classe operária em nossa sociedade e pelos mais diferentes canais buscam o apoio dela para a luta que travam contra outros setores burgueses, notadamente aqueles ligados ao capital financeiro e subordinados aos monopólios imperialistas. A célebre Resolução nº 9 do Conselho de Desenvolvimento Econômico, que daria aos fabricantes de equipamentos a "reserva de mercado", isto é, o monopólio, é um exemplo dessa luta. Os dissidentes desse bloco burguês no poder sabem que não tem nenhuma chance de, isoladamente, enfrentarem os banqueiros e as multinacionais. Não é por acaso que o Sr. Severo Gomes, porta-voz desse setor, vem há muito tempo preconizando a substituição do atual "pacto de subordinação" por um "pacto de conciliação". E isso também ele o faz para salvar o capitalismo, como por diversas vezes declarou. Os setores mais lúcidos da burguesia temem a revolução, porque sabem que ela é inevitável e procuram adiá-la de todas as formas, ainda que perdendo os anéis. Nesse sentido, a formação de governos de transição (bem entendido: de transição para por fim a ditadura), juntamente com esses setores, deve ser estimulada e apoiada, desde que de uma forma bem clara e definida seja garantida a liberdade de organização e expressão para todos os setores democráticos da sociedade brasileira. É claro que isso também implica em uma anistia geral, ampla e irrestrita e a convocação de uma Assembléia Constituinte soberana e democrática. Como se pode ver, vejo com otimismo o futuro, principalmente se ao nível da luta de massas for garantida a indispensável unidade de ação e, ao nível de luta política, os diversos partidos e grupos que reivindicam o marxismo encontrarem um denominador comum na luta pela democracia. O que, realisticamente, não é fácil, mas não impossível, dado que os trabalhadores, por experiência própria, sabem que a unidade é uma condição indispensável para alcançar a vitória sobre os exploradores.

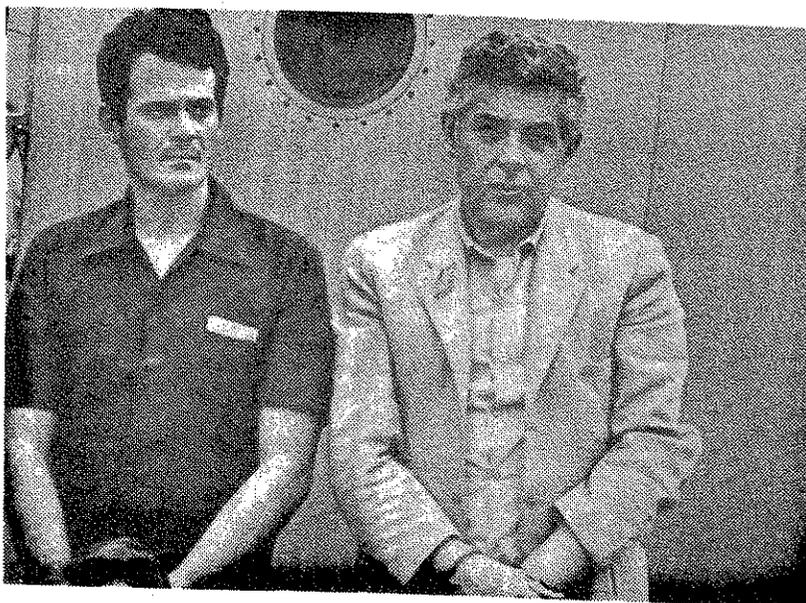
*Já que você abordou o problema da legalidade para Partidos Comunistas, como você vê a criação de um Partido dos Trabalhadores?*

Até meados do ano passado, alguns setores da burguesia chegaram a estimular a substituição da superada e desmoralizada direção pelega do movimento sindical - da qual o Sr. Ary Campista é o exemplo mais acabado - por uma liderança que desenvolvesse um sindicalismo completamente apolítico, mas que fosse respeitada nas bases. A grande esperança desses setores era a nova corrente sindical da qual o presidente dos metalúrgicos de São Bernardo, Luiz Inácio da Silva, é o mais conhecido representante. Delfim Neto chegou a declarar que o Lula era a coisa mais importante que tinha acontecido no movimento sindical. Mas foi o próprio Lula e toda a oposição sindical cristalizada no V Congresso Nacional dos Trabalhadores na Indústria que desbarataram totalmente mais essa manobra, ao aprovarem uma Carta de Princípios que reivindicava anistia, Constituinte, reforma agrária, etc. Depois disso, um grande número de sindicalistas autênticos foram a Brasília para protestar contra o projeto de reformas enviado ao Congresso, numa iniciativa de nítido caráter político. Por outro lado, vários ideólogos da burguesia, a exemplo do Sr. Celso Láfer, se pronunciaram por um plurisindicalismo, enquanto que algumas multinacionais tentavam promover comissões de fábricas "boazinhas" como base para futuros sindicatos por empresa. Ora, tais iniciativas divisionistas tem sido repudiadas pelos trabalhadores em todas suas reuniões e con-

gressos manifestando-se inequivocamente pela unidade sindical. Diante do insucesso de dividir os trabalhadores no campo sindical, a justa aspiração dos setores mais combativos da classe operária de ter uma representação político-partidária legal passa a ser encampada pela burguesia agora interessada em dividir politicamente os trabalhadores e também em romper a frente democrática das oposições reunidas em torno do MDB. E a proposta de criar um Partido dos Trabalhadores não tem outro sentido, quando sabemos que sob o atual regime dita orial várias correntes políticas e ideológicas estão proibidas de se organizar. Há algum tempo o mesmo sr. Delfin Netto declarou que "a praga do proletariado é a ideologia do proletariado". Com isso certamente não quis condenar qualquer Partido dos Trabalhadores, mas sim exatamente aqueles que por sua ideologia não se subordinam à burguesia. Creio que também Lula e vários dirigentes sindicais combativos sabem muito bem que o rótulo de "partido operário", de "partido trabalhista", de "partido socialista", etc., não significa que o partido que assim se identifica não esteja sob o controle ideológico da burguesia. Creio que exatamente por esta razão é que esses dirigentes sindicais condicionam sua entrada uma Partido dos Trabalhadores à sua "definição ideológica", conforme declarou Lula na mesa redonda promovida por Isto é (Nº 109). E a nosso ver, Lula e esses outros dirigentes sindicais, por mais voltas que dêem, somente encontrarão uma "definição ideológica" que realmente esteja de acordo com os mais profundos interesses dos trabalhadores nos grandes mestres do movimento operário Marx, Engels, Lênin e outros.

*E como você está sendo tratado no Presídio? Como vê a questão da anistia?*

Aqui no Presídio, graças à luta dos companheiros que chegaram antes de mim - alguns deles vão cumprir já dez anos de cárcere! - as condições materiais são razoáveis. A alimentação vez por outra sofre um pane, mas a gente reclama e a coisa volta ao normal. O problema maior no entanto, está na rígida censura que é feita em tudo que entra e sai do presídio. Não só a correspondência pessoal é zelosamente vigiada, como está impedida a entrada de qualquer livro que os censores julguem subversivo. E aí temos a situação absurda de que inúmeras obras que normalmente são vendidas em todas as livrarias do país, não têm entrada no presídio (...).



RICARDO ZARATTINI,  
TENDO AO LADO ROLANDO FRATTI, EM  
SETEMBRO DE 1969.  
LIBERTADOS DA PRISÃO POR UMA AÇÃO  
REVOLUCIONARIA  
CONJUNTA DA ALN  
E DO MR-8, IAM  
LOGO MAIS EMBARCAR  
COM DESTINO  
AO MEXICO, DEPOIS  
A CUBA.

# o obreirismo revisitado

F. ANDRADE JUNHO 79

As lutas operárias e sindicais dos últimos anos, notadamente a partir das greves de maio-junho 1978, criaram uma nova correlação de forças na sociedade brasileira. O "fenômeno Lula" é a expressão "dramática" -no sentido que dava a este termo o grande dirigente comunista italiano Antonio Gramsci, isto é, de encarnação num herói individual dos interesses coletivos de uma classe social da primeira grande ofensiva das massas operárias após quinze anos de ditadura. Hoje os jornais e revistas de grande tiragem, que por mais de uma década ignoraram soberbamente os mais elementares problemas das massas trabalhadoras ou a eles se referiam apenas para justificar o arrocho e a repressão, abrem suas colunas para registrar as mínimas declarações do líder metalúrgico de São Bernardo. Não o fazem apenas porque Lula constitui um "mal menor", uma espécie de tributo que a burguesia (ou pelo menos seus setores mais esclarecidos) está disposta a pagar em nome da "normalização" e da "abertura". Mas por que através dele os setores sindicalmente mais avançados da classe operária começam a pesar decisivamente na evolução da vida nacional.

É de fundamental importância para as massas assalariadas que a defesa de suas condições de vida e de trabalho (isto é, sua luta reivindicativa) se apoie em ampla mobilização. Não há grupo na esquerda que não repita esta verdade elementar. Mas os que compreendem em que condições a luta reivindicativa se torna luta de massas são bem menos numerosos. Não estamos sequer nos referindo aos grupos economicistas "de esquerda" cuja tática sindical consiste em radicalizar reivindicações (e só conseguem com isso influenciar os elementos menos experientes e mais impressionáveis e são olhados com indiferença ou mesmo com compreensível desconfiança pelos militantes operários consequentes). A dificuldade em se fixar uma orientação ao mesmo tempo unitária e revolucionária para a ação sindical é partilhada tanto pelas organizações políticas de esquerda (inclusive as de ideologia comunista) quanto pelos próprios líderes e militantes dos grupos sindicais mais combativos, isto é, as oposições sindicais. Sem dúvida, os dirigentes operários estão resolvendo na prática o problema da ação independente e unitária das massas. Mas ninguém ignora que a unidade das massas não corresponde ainda a unidade das direções. Entre o "sindicalismo autêntico" -do qual Lula tem sido o máximo expoente- e as oposições sindicais -que permanecem mais um movimento do que uma organização- as divergências de orientação são bastante claras, mas dificilmente definíveis. Falta a ambos uma doutrina sindical completa, uma concepção global do sindicalismo que vá além de plataformas concretas de luta, indispensáveis mas insuficientes para servir de base à consolidação histórica do sindicalismo de classe e de luta que se anuncia nos combates atuais.

Lula não representa as posições mais avançadas do movimento sindical. Mas representa as posições majoritárias. Seu sucesso se explica, em larga medida, abstração feita de suas qualidades individuais de liderança (inegáveis), por constituir uma saída moderada, intermediária ao impasse que existia, durante os anos de lenta rearticulação do movimento operário (a partir do fim do governo Medici, que já passou à História como o patriarca da tortura) entre os pelegos de um lado e as oposições sindicais do outro. A ofensiva sindical em

desenvolvimento terminará mais cedo ou mais tarde por desbancar a pelegagem. Mas deixará em aberto a questão da orientação de fundo do novo sindicalismo enfim liberado do atrelamento ao Estado capitalista. Justamente porque surge das bases, criou novos dirigentes que estão se formando no próprio processo em que as lutas operárias se afirmam na cena nacional. A prática, tanto no que se refere a Lula e ao "sindicalismo autêntico" do qual é o máximo expoente, quanto às oposições sindicais, está muito adiante da teoria. Não há nisso nada de estranho nem de muito grave. Desde que se criem as condições para a elaboração de uma doutrina sindical conforme aos interesses históricos das massas trabalhadoras e em especial da classe operária.

É notória a evolução do pensamento -ou pelo menos das posições públicas- de Lula. Quanto às "oposições sindicais" embora se tenha a impressão de que, em matéria de teoria, vigora entre seus militantes o princípio "cada cabeça uma sentença", também se nota uma atitude mais uniforme em relação a vários problemas, sobretudo políticos. No caso de Lula há sem dúvida um progresso. As declarações de cunho marcadamente corporativista (estudante deve estudar, com intelectual não dá para conversar, etc.) têm sido por ele abandonadas. Já ficou para trás seu apoliticismo. Mas o que se delineia em suas tomadas de posição políticas é uma concepção claramente social-democrata do papel da classe operária. Assim, sobre as liberdades democráticas, acha que interessa "não a um ou outro segmento da sociedade brasileira, mas a todos eles" (como se a ditadura fosse mero acidente exterior à luta de classes). Quanto à participação do trabalhador na política, acha que "até independe de partido político. Mas depende do trabalhador ter gente eleita que defenda seus interesses e seus princípios", o que seria conseguido com um "partido dos trabalhadores" cuja formação fica na dependência de quando surgirem "dirigentes sindicais com a preocupação de articular alguma coisa própria da classe trabalhadora". Ora, é o próprio Lula que insiste -com razão, em certa medida- em que "o grande problema do trabalhador hoje é salário" e que por isso mesmo não lhe cabe "deixar de brigar por salários ... e ir fazer passeata lá no Largo de São Francisco." Mas se o líder sindical não tem tempo para fazer passeatas (isto é, para fazer política), de duas uma: ou o "partido dos trabalhadores" nasce de um entendimento apressado de "dirigentes sindicais" articulando, em suas raras horas vagas, "alguma coisa própria da classe trabalhadora", ou então vai tardar muito em surgir. E enquanto isso os burgueses, que têm muito tempo livre, continuarão fazendo política... No caso das "oposições sindicais" a evolução é análoga: o enfático obreirismo de esquerda vem sendo retificado por maior preocupação com a luta política e com o papel da classe operária no combate pela democracia. Comparadas às posições de Lula, as declarações de responsáveis das oposições sindicais, embora marcadas por um ímpeto revolucionário que contrasta com a cautela sindical do líder de São Bernardo, não são mais claras que as dele no referente à questão do partido e o são bem menos no que toca à natureza da nova estrutura sindical. Com efeito, embora neguem ser partidários do "paralelismo sindical", preconizam a "interfábrica".

Já o Projeto de plataforma política elaborado em 1972 e publicado em Debate 12 de abril 1973 afirmava a necessidade de "lutar na oposição sindical visando à organização independente da classe operária". É definindo claramente os objetivos sindicais da classe operária que se pode compreender em que se diferenciam de seus objetivos políticos, cujo agente histórico é o partido de vanguarda, ao qual ligaram seu nome Marx, Engels, Lênin, Gramsci e tantos outros e no qual veio desembocar, sob a direção de Fidel Castro, a única revolução socialista vitoriosa em nosso continente...

## O CASO ANSELMO (II)

p. da silva

Terminada com desfecho teatral esta reunião, os companheiros da VPR, seriamente assustados, resolvem enviar mensageiro a Santiago afim de recolocar o problema das suspeitas pairando sobre Anselmo. Mas faltava-lhes maturidade para tomar as iniciativas que se impunham e com o sentido de responsabilidade que a situação exigia. Basta dizer que o grupo escolheu como mensageiro para Santiago o irmão da Lurdes, que vivia ostensivamente com Anselmo como sua companheira. Os dois irmãos eram jovens paraguayos, filhos de uma velha militante do Partido Comunista daquele país. O jovem vai a Santiago e transmite o informe e as preocupações do grupo ao militante "O". Este então toma a decisão de eliminar Anselmo. Decisão tardia, que só serviu para precipitar os acontecimentos.

Até então, com efeito, Anselmo gozara de toda a confiança e proteção de "O". Muitas vezes haviam se comunicado telefonicamente de Recife a Santiago, ao arrepio das mais comeczinhas normas de segurança. Coisa que era ignorada do resto da organização.

O desfecho do episódio não podia ser mais trágico. Alertado de que algo se preparava contra ele, Anselmo passa ao ataque. O núcleo da VPR no Nordeste foi repentinamente fuzilado numa emboscada. Como Anselmo ficou sabendo do envio de seu "cunhado" como emissario para denunciá-lo? Pelo próprio, possivelmente, ainda que por via indireta: deve ter contado algo à irmã e esta, grávida de alguns meses -de Anselmo- e além disso mantida a par do problema na base de fofocas, devia comentar tudo o que ouvia com o pai de seu filho, armando-o assim dos antecedentes para que passasse à ação no momento certo.

Em fins de dezembro de 1972, a imprensa anunciou o massacre: todos os companheiros tinham sido liquidados numa casa em Olinda, menos um, o qual segundo os jornais do regime, "teria escapado, possivelmente baleado..." Evidentemente, a fábula do "baleado" era uma invenção da polícia para cobrir a "fuga" de Anselmo, ou melhor, sua condição de agente infiltrado.

A própria companheira de Anselmo, Lurdes, então entre o 7º e o 8º mês de gravidez, não escapou ao massacre. Vítima talvez de uma indiscrição da qual não podia avaliar as consequências. Porque não supunha estar vivendo com um traídor capaz de organizar o assassinato da própria mulher e do filho que ela trazia no ventre.

Quanto a Anselmo, ninguém mais o viu depois deste trágico desfecho. A VPR já então não mais hesitou em denunciá-lo a toda a esquerda. Estava queimado para prosseguir seu trabalho de infiltrado a serviço da repressão terrorista da ditadura.

### O caso Anselmo e a infiltração de militares

Em que momento Anselmo começou a trabalhar para a polícia? Nossa preocupação é restabelecer toda a verdade. Por isso indicamos todos os elementos de que dispúnhamos mesmo quando deles não tínhamos condições de tirar conclusão imediata. O PCB desde há muito tinha lançado a versão de que Anselmo era um agente provocador já a partir de quando fora designado presidente da Associação de Marinheiros (AMFNB). Mas esta visão policial da história não

pode satisfazer ninguém. Como imaginar, com efeito, que a burguesia estivesse disposta a fomentar um conflito da envergadura daquele criado pela AMFNB? E que para tanto instruiria o presidente desta Associação no sentido de radicalizar a situação até provocar uma rebelião que em seguida seria vencida pelos generais a serviço do Capital? A hipótese é muito complicada. Parece-nos inverossímil.

Não que não haja exemplos de manipulação policial e de infiltração no movimento dos sub-oficiais. Fala-se de manipulação do levante de Brasília: os sargentos inconformados com a cassação dos mandatos de seus companheiros eleitos deputados (decisão do Supremo Tribunal Federal) sublevam-se e ocupam a capital federal durante algumas horas do dia 3 de setembro de 1963. Esta revolta, como o admite o próprio historiador Helio Silva, tinha objetivos definidos. Decorreu de flagrante discriminação a que foram submetidos os sub-oficiais. No dizer de Hélio Silva: "A legislação eleitoral, permitindo o alistamento, como eleitores, dos sargentos, não reconhecia taxativamente sua elegibilidade. Resultou que os sargentos Garcia Filho e Aimoré Zoch Cavaleiro foram eleitos deputados. Posteriormente, a questão foi levada aos tribunais e os mandatos foram cassados por decisão do Supremo Tribunal Federal...". Os ilustres magistrados mostraram aí todo seu ranço anti-popular e agiram como verdadeiros provocadores, fazendo exatamente o que era preciso para exacerbar os ânimos dos sargentos revoltados contra a injustiça que sofriam. Mas a lém deste aspecto de provocação direta do aparelho de Estado burguês, houve também infiltração. Foi perfeitamente identificado um sargento fuzileiro, nascido em Minas Gerais, e mais tarde "asilado" no México (isto é, infiltrado entre os exilados brasileiros aí refugiados), como agente dos serviços secretos da ditadura. Mas ninguém jamais ousou dizer que o líder do movimento, sargento Garcia Filho, fosse um infiltrado.

Outro episódio de infiltração bastante conhecido é o do sargento Alberi, que atuou no movimento dos sargentos de 1962 a 1964. Em 1964, como tantos outros foi dar com os costados no Uruguai na qualidade de refugiado. Já trabalhava, no entanto, para o SNI. Como tal, participou da coluna do coronel Jeferson Cardim. Às vésperas do golpe Pinochet no Chile, Alberi reaparece em cena. Após o golpe entra na Embaixada do México em Santiago. De lá foi transportado para o México. Alguém o viu visitando a Embaixada do Brasil. De qualquer modo, manipulava muito dólar e dizia estar querendo recrutar combatentes para ir à Argentina e de lá entrar no Brasil. Um companheiro que o conhecia muito bem e que também se encontrava entre os brasileiros refugiados do Chile, advertiu a vários que tinham se deixado envolver pelas promessas de Alberi. Outros se deixaram iludir. Foi assim que quatro companheiros, que já estavam na Argentina (Daniel de Carvalho, João Rita, o capitão Cerveira e Jairo de Carvalho) entraram no pretense esquema guerrilheiro de Alberi. Já no Brasil, foram todos fuzilados numa casa, "escapando" apenas o dito Alberi. A imprensa publicou os nomes de João Rita e dos irmãos Carvalho como mortos num combate só que... na Bolívia. Uma maneira como outra de confundir as pistas e facilitar a ação do terror policial.

Um último caso que poderíamos citar -já que não temos nem de longe elementos para sequer tentar elaborar uma lista exaustiva de casos de infiltração comprovados ou altamente plausíveis- é o do sargento de cavalaria Winkle. Este tentou envolver em seu trabalho de infiltrado provocador a um grupo de ex-mi

litares que estavam organizando um grupo clandestino ligado ao MNR. O companheiro Marcos Antônio, convencido de que Winkle era um infiltrado, preparou uma emboscada. Este desconfiou e preferiu cair fora, levando boa soma de dinheiro pertencente ao MNR. Soube-se depois que comprou uma fazenda no Acre, onde cria gado.

#### Anselmo e a causa dos marinheiros

Numa carta enviada a um semanário democrático, o companheiro ex-marinheiro Antônio Duarte dos Santos pergunta se Anselmo traiu a causa dos marinheiros. E responde de maneira muito categórica por um "não". Eu responderia que traiu. O problema não está, com efeito, num desvio puramente ideológico. Não estamos julgando um Karl Kautsky, que durante muito tempo foi um importante teórico marxista mas depois abandonou o materialismo histórico pelo humanismo pequeno-burguês. Não se trata de um indivíduo que apenas traiu princípios e confianças. Trata-se, no caso de Anselmo, de alguém que foi informar policiais, que ajudou a torturar, trabalhando na surdina, sorrateiramente, conspirando contra vidas de idealistas, de nobres filhos do povo.

Parece-nos que o companheiro Antônio Duarte, preocupado em não se confundir com a forma de acusação feita a Anselmo pelos camaradas do PCB e por outros boateiros, caiu numa apreciação subjetiva e até cristã, querendo deixar nas mãos do agente policial Anselmo o troféu do combate do qual o dito cujo, até o golpe, havia sido o representante mais conhecido. Hoje, não é mais que uma caveira, como as tantas que os corvos sádicos do Esquadrão da Morte desenham por aí. Uma caveira moral, no entanto, que se apresentará como tal ao tribunal do povo.

A tese de que Anselmo sempre foi um provocador, um "agente da CIA" trabalhando junto ao movimento dos marinheiros, é baseada em argumentos puramente subjetivos. Nos parece tão equivocada quanto a que pretende estabelecer uma separação total entre o "bom" Anselmo (dos tempos da AMFNB) e o mau (depois que passou para a polícia). Apesar de que Anselmo organizou a rebelião dos marinheiros por ordem da CIA, afim de justificar o golpe dos militares reacionários, é supervalorizar o pretensão "agente" Anselmo e subestimar a ação dos verdadeiros agentes da CIA, disfarçados de "diplomatas", que ao lerem as acusações dirigidas a Anselmo pelos companheiros do PCB (porque é deles que vem a tese de que Anselmo já era um elemento policial desde os tempos da Associação) devem sentir-se ofendidos e injustiçados ao ver atribuído a Anselmo o "trabalho" que eles desenvolveram...

#### O momento da traição

Há dois momentos cruciais na trajetória de Anselmo em que este, provavelmente, foi confrontado à trágica alternativa: sacrificar-se ou trair. Foi provavelmente num dos dois aludidos momentos que preferiu trair a sacrificar-se. O primeiro foi quando de sua prisão após sair do Consulado mexicano. A polícia, que conhecia bem a personalidade emocional e frágil de Anselmo, pode perfeitamente lhe ter dito "ou trabalha para nós ou morre". O segundo foi quando voltou de Cuba. Liberal, romântico, sem nenhuma experiência de clandestinidade, como a maioria dos jovens que se incorporaram ao foco, pode ter sido agarrado pelo CENIMAR ou outro serviço policial e posto frente ao trágico dilema... Quem tiver mais e melhores dados, tem o dever de divulgá-los...

# MOVIMENTO POPULAR E PARTIDOS (II)

**m. faustino santos**

As inúmeras discussões que se travam em torno da substituição da ditadura militar cumprem uma função ideológica determinante : reincorporar o conjunto da sociedade , ou parcelas expressivas dela , na vida política de uma democracia burguesa que se ensaia . Aí está porque a política de distensão chega , com as coriações generalizadas é verdade , porém inteira ao final de 1978 . Num processo de transição bem à brasileira , adaptado às condições da burguesia brasileira , à historia do "Estado de Exceção" no Brasil e , não nos iludamos , ao menos **por enquanto** , um processo de transição que corresponde a uma vitória política da burguesia sobre as massas do povo brasileiro .

E importante , agora , abrir um parêntese para ressaltar uma particularidade essencial deste processo : em função das idas e vindas , dos avanços e recuos do projeto de distensão conduzido pelo governo Geisel , constituiu - se , em prol da instauração de um " Estado de Direito já " , uma corrente burguesa de oposição "democrática " ao governo . O termo aqui vai entre aspas porque suas relações com o governo são extremamente ambíguas ; ora surge como um fator de pressão pela aceleração da marcha , ora concilia abertamente com os ritmos do projeto de distensão .

Trata - se de uma particularidade do processo duplamente importante para o movimento popular : de um lado , porque esta corrente pode tomar a dianteira e precipitar , até mesmo pela força - um golpe - o processo de substituição da ditadura militar . Isso ocorrerá na medida em que o projeto de distensão sofre uma paralisia irremovível . Atualmente , esta não é a tendência mais provável , mas poderá vir a se transformar numa possibilidade caso o governo Figueiredo não assuma a " vanguarda " do processo de transição em 1979 . De outro lado , porque esta corrente elabora manobras de envolvimento do movimento popular , apresentando-se como democrática e liberal . Nos proximos tempos de verão partir dela propostas e projetos para concretizar este envolvimento . É mais uma dificuldade no caminho do povo .

A burguesia prepara - se para substituir a ditadura militar num contexto de uma grande fraqueza do movimento operário em particular e do movimento popular em geral . Examinemos a segunda parte desta afirmação . A realidade para ser discutida deve , em primeiro lugar , ser admitida . É preciso , aqui , combater a tese , presente em muitos documentos políticos , de que o movimento popular está "cercando" a ditadura . Esta , acuada , recua e , de recuo em recuo , vai cedendo a democracia ....burguesa! Na verdade , o processo é muito mais complexo .

O movimento popular vem se rearticulando desde o início da década . No escuro da noite do governo Médici , núcleos anônimos de militantes , com ou sem carteirinhas de quadros políticos , animados por suas convicções , respondendo à exigência da realidade , organizados aqui e ali em níveis desiguais de maturidade orgânica e , muitas vezes , dispersos lutavam para atar os fios do movi-

mento popular . Este processo de rearticulação beneficiou - se também da procura elevada , num dado momento , de força de trabalho industrial : primeiras lutas econômicas em 1973 . Penetrou pelas brechas que a política de distensão criava : movimento das camadas médias urbanas em ascensão em 1974 . Utilizou estas brechas para obter importantes vitórias políticas parciais : eleições de novembro de 1974 . Acumulou forças num trabalho ainda disperso ( de 1975 a 1977 ) mas crescentemente organizado , para dar um salto significativo com as greves operárias de 1978 .

Um movimento social que abrange , hoje , o conjunto das classes sociais urbanas do movimento popular que vivem fundamentalmente de seu trabalho : a classe operária, os assalariados urbanos proletarizados - comerciários e bancários - , os profissionais liberais , a intelectualidade , os estudantes. Ainda profundamente desarticulado em relação à luta nas cidades , cresceu , por outro lado , o movimento dos pequenos proprietários de terra - posseiros especialmente - em luta contra a expropriação da burguesia assim como o movimento dos assalariados agrícolas em luta pela extensão ao campo das conquistas do movimento popular nas cidades .

As potencialidades que este movimento popular encerra são imensas . Mas seria infantil não reconhecer suas fraquezas , seu estágio ainda elementar de organização e sua relativamente acentuada debilidade política . Mesmo onde foram mais fortes , seus protestos , suas lutas e suas denúncias disseram basicamente respeito às condições imediatas de vida e de trabalho , não repondo em questão , de forma clara , a organização política do Estado . Só recentemente é que se verifica uma evolução neste sentido . Mas ainda trata - se de uma ação que , no contexto do movimento como um todo , permanece relativamente isolada .

O que é peculiar à situação de fraqueza do movimento popular é que um setor que o compõe desenvolve mais fortemente que os outros uma agitação centrada em torno de temas políticos - é o caso do movimento dos intelectuais e estudantes . Trata - se de uma tradição do movimento popular do Brasil , mas a sua própria história evidencia a falta de consistência desses setores .

Forçoso é pois constatar que malgrado o fato que o movimento popular no Brasil avançou nestes anos , segue avançando e tem condições de avançar muito ainda na defesa de seus interesses imediatos e históricos , seria um erro grave definir sua relação com a ditadura militar como se esta estivesse no momento sitiada por ele . Apesar de algumas miragens que alucinam não poucos observadores apressados , a realidade que prevalece é a inversa : é o movimento popular que ainda se encontra cercado no terreno de luta escolhido pela burguesia . E é para contribuir ao rompimento deste cerco que se impõe um partido político popular e nacional que assegure as melhores condições à intervenção política do povo , fator essencial à sua vitória na luta contra a burguesia e o capitalismo no Brasil .

É preciso assumir a complexidade do momento atual: por estar a política de distensão relativamente vitoriosa, isto não significa que o horizonte esteja azul para a burguesia. O processo de substituição da ditadura militar entrou em 1979 numa etapa decisiva. E vai ser um tempo de relativamente grande instabilidade e isto, sem dúvida, beneficiará o movimento popular. De outro lado, porém, o universo ideológico predominante é claramente hegemônico pela

burguesia . Neste contexto , desenvolve-se um movimento popular ainda fraco , ainda cercado pela ideologia burguesa, combatendo - o mais das vezes - em terrenos e em momentos escolhidos por esta, mas que já não é um mero produto das contradições no seio das classes dominantes , já não é expressão apenas das brechas. Ganhou autonomia e complexidade , passa a fustigar os flancos da burguesia e apresenta , por isso mesmo , grandes virtualidades . Diante deste tipo de situação e assumindo a realidade em seus múltiplos aspectos é que se desenvolve a tarefa de construção de um partido político nacional e popular .

### Construir o partido

Como caminhar no sentido da construção de um partido político nacional e popular hoje ? Como antecipar-se às manobras da burguesia, dos Magalhães e dos Del-fins da vida ? Como começar ? A primeira preocupação deve ser a da formulação de um programa político mínimo que unifique as diversas correntes que integram a luta popular . Um programa que a) fortaleça , dentro do movimento popular , o peso e a força relativa da classe operária e dos trabalhadores do campo e da cidade ; b) contribua para a articulação de alianças amplas com o conjunto do popular - com efeito, se um setor do movimento popular isola-se do conjunto , por mais organizado que esteja , acabará derrotado pelas forças da burguesia e do imperialismo ; c) apresente um certo número de reivindicações alcançáveis na prática e cuja realização altere substancialmente a situação atual em favor do movimento popular - é preciso aí evitar tanto o voluntarismo e formular pontos perfeitamente impossíveis , sem relação com o momento em curso , como também evitar uma posição tímida de só formular aquilo que a correlação de forças atual dá como certo ; d) apresente reivindicações cuja materialização na prática dependa fundamentalmente da luta ativa das massas populares - ou será um programa que se apoie nas massas , na sua luta , ou não será um real programa popular ; e) finalmente , embora não menos importante , deverá ser um programa breve, enxuto, capaz de ser assimilado pelas massas e identificado facilmente por elas. Não se deve assumir , quanto ao programa , a atitude da dona de casa diante da dispensa vazia . Não se pode incluir nele " tudo aquilo que falta " , mas aquilo que é indispensável à realização dos interesses populares na atual etapa por que passa o movimento de massas .

É necessário , além disso , ter em mente que um programa precisa ser suficientemente amplo e flexível para poder enriquecer-se com o desenvolvimento da luta . Ou seja : um partido político nacional e popular deve ter "centros de luta" ou "centros políticos", que se desdobrem em pontos concretos e a própria dinâmica do movimento popular irá mostrando a possibilidade de generalização destes ou daqueles pontos . Três centros políticos aparecem como decisivos no atual momento :

-a luta pela democracia - o ponto central desta luta , a condição indispensável para que as vitórias aí obtidas sejam duradouras, é a liberdade de organização política e sindical para o povo . Partidos políticos e entidades sindicais livres são fator e consequência de uma democracia onde o povo possa , efetivamente , aprofundar suas conquistas e seus direitos;

-a luta pela justiça social - que se materializa hoje na luta contra o arrocho salarial e pela melhoria de condições de vida para o povo . Para os trabalhadores rurais coloca-se a luta por uma reforma agrária radical ;

-a luta pela independência nacional - a luta anti-imperialista radical, a denúncia da "invasão" econômica e cultural do imperialismo internacional, a luta contra a assimilação de nosso povo e de nossa pátria pelo imperialismo .

O movimento de luta pela realização destes " centros políticos " contribuirá como já está contribuindo (na medida em que não se trata de pontos tirados da cartola , mas de generalizações de lutas em curso ) , para o fortalecimento e para a organização do movimento popular . Pode também contribuir para que alianças se formem entre o conjunto das classes e dos setores sociais que vivem fundamentalmente de seu trabalho , porque nenhuma destas reivindicações entra em contradição com os interesses imediatos e históricos dos varios setores do povo brasileiro . Uma vez atingidas , estas reivindicações alteram substancialmente a atual situação em favor do movimento popular . Elas são perfeitamente atingíveis num processo de luta que se desdobre de uma forma orientada e organizada . Finalmente , trata - se de um programa que depende das massas porque nenhum conchavo de cúpula será capaz de arrancar a prática destes "centros políticos " . Por mais que a oposição democrática burguesa no Brasil se " popularize " , ela não terá condições de acenar , e muito menos de cumprir este programa .

Estes três centros políticos não esgotam , é claro , o programa de lutas do movimento popular . Por exemplo , a luta pela democracia compreende também a luta pela anistia , ampla e geral , a luta pelo desmantelamento do aparelho repressivo , a luta pela concessão dos direitos políticos aos praças , cabos e sargentos das FFAA . O " arsenal " de lutas é e deve ser , a nível local e regional , muito mais rico e diversificado . O que se quer , simplesmente , é definir pontos gerais que unifiquem o movimento popular e que sirvam como referências orientadoras para o conjunto das lutas populares .

Aí estão propostas programáticas . O essencial é que a discussão relativa à construção de um partido político do povo concentre - se em torno de propostas programáticas claras e definidas . E que não fique girando em torno de nomes , de personalidades , de quem " entrou " ou de quem " saiu " . Ainda que , insistentemente neste ponto , isto não signifique que se despreze ou se subestime a conquista da adesão e da participação de líderes populares que tenham , em sua prática , conquistado o respeito e a consideração do povo . Mas a luta tem , e só pode , se dar em torno de propostas programáticas , para que as eventuais divergências possam ser ricas politicamente e para que o partido do povo possa surgir forte .

Em segundo lugar , e ao lado das discussões programáticas , gostaríamos de insistir num ponto também essencial : é que o partido político nacional e popular terá de partir da constatação da diversidade de forças políticas que se gestaram e se desenvolveram dentro do próprio movimento popular . Aqui trata-se de desenvolver uma luta árdua contra tradições e preconceitos, pela superação do espírito de grupo e de seita. A participação das forças políticas mais consequentes tenderá a ser decisiva, sua omissão ou participação ineficaz dificultará muito o surgimento de um partido realmente popular . Sem elas, ou pior, contra elas , este partido só poderá surgir enfraquecido . É preciso, pois partir da constatação que um partido destes deverá permitir a livre associação interna , tendo uma organização de tipo "frente política", sem prejuízo à regra majoritária e segundo um programa político definido. Formular um programa político consequente , construir uma organização partidária ampla , flexível , democrática e sólida são tarefas centrais para as forças políticas mais consequentes e para todos os que estão empenhados na defesa dos interesses do povo. O lançamento público de um partido deste tipo dependerá de muitas circunstâncias e fatores. Mas sua articulação é inadiável.

# DEBATE

## ESTÁ À VENDA EM

### PORTUGAL

Livraria Opinião  
Rua Nova da Trindade, 24 Lisboa

### SUECIA

Bokcafét  
Drottningatan, 85 Stockholm

Bokcafét  
S.T. Petrikyrkog., 7 Lund

### ITÁLIA

Libreria Rinascita  
Via delle Botteghe Oscure, 1-3 Roma

### FRANÇA

Librairie-Centre des Pays de Langue  
Espagnole et Portugaise  
16, rue des Ecoles Paris 5

Librairie Le Tiers-Mythe  
21, rue Cujas Paris 5

## ÍNDICE

Apresentação	p. 3
Editorial: O MR-8 E A REUNIFICAÇÃO	p. 4
Ricardo Zarattini: ENTREVISTA NA PRISÃO	p. 12
Fernando Andrade: O OBREIRISMO REVISITADO	p. 18
P. da Silva: O "CASO ANSELMO" (conclusão)	p. 20
M. Faustino Santos: MOVIMENTO POPULAR E PARTIDOS (conclusão)	p. 23

CORRESPONDÊNCIA,  
ASSINATURAS,  
NUMEROS ATRAZADOS :  
  
DEBATE  
c/o J. Bourderie  
146, rue Montmartre  
75002 Paris  
France